

A Visualidade como Paradigma da Comunicação enquanto Ciência Moderna e PósModerna¹

Lucrécia D'Alessio Ferrara²

Resumo: Tomando como eixo de reflexão e análise os conceitos de sociedade do espetáculo e simulação, respectivamente de Debord e de Baudrillard a fim de estudar as mediações que ocorrem através dos apelos da visualidade, investiga-se a diferença entre a imagem característica da sociedade moderna e suas práticas comunicativas e a imagem técnica estudada por Flusser, onde se detalham as diferenças epistemológicas que se estabelecem entre a imagem tradicional, entendida como linear, e a própria imagem técnica, entendida como de superfície. Este ensaio confronta as epistemologias e metodologias da comunicação inerentes à imagem adotada pelo consumo modernista e a imagem digital que, exageradamente técnica, é mais do que imagem porque pela ausência de iconicidade atinge características de visualidade que apresentam desafios perceptivos e cognitivos e a transformam em imagem pós-moderna. Confrontam-se, portanto, as epistemologias da imagem e da visualidade, a ciência moderna e a pósmoderna.

Palavras-chave: epistemologia, comunicação, imagem, visualidade

1. A comunicação entre o moderno e a modernidade

A ciência, como a cultura, sofre as consequências das transformações sociais que decorrem dos processos econômicos, políticos e tecnológicos de produção da sobrevivência: a passagem do moderno para a pósmodernidade é cenário das profundas mudanças do nosso tempo. Na evidência dessa mudança, Boaventura de Sousa Santos propõe a emergência de

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Epistemologia da Comunicação”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009.

² Professor doutor do Programa de PósGraduação em Comunicação e Semiótica/Pucsp
ldferrara@hotmail.com

uma dupla ruptura epistemológica que, secundando uma primeira virada epistemológica, garantiria à ciência, a possibilidade que poderia apontar para para uma ciência pósmoderna voltada para o reencontro do senso comum em uma espécie de reedição da “ revolução copernicana” que garantiria:

“ um trabalho de transformação *tanto* do senso comum *como* da ciência. Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para constituir a ciência, mas deixa o senso comum tal como estava antes dela, a segunda ruptura transforma o senso comum com base na ciência constituída e, no mesmo processo, transforma a ciência. Com essa dupla transformação pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente, ou melhor, uma nova configuração do saber que se aproxima da *phronesis* aristotélica, ou seja, um saber prático que dá sentido e orientação à existência e cria o hábito de decidir bem.” (Sousa Santos, 1989:33)

Ressuscita-se, portanto, a *phronesis* aristotélica que propõe uma possível conexão entre a ciência e o senso comum, entre a prática e a conhecimento, mantendo contudo as distinções e as diferenças entre a realidade e a reflexão ou entre o conhecimento e aquela realidade que se faz visível e se concretiza pela palavra e a linguagem.

Essa relação que nos remete ao século IV A.C. é fortíssima porque sobre ela se concentram as bases da retórica, da mediação entre interlocutores e, no limite, da comunicação. Com a autoridade de estudioso da cultura grega, Jean Pierre Vernant traça o percurso dessa troca como sucedânea da razão e, com ela, de construção das bases fundamentais da cultura:

“ A razão grega não se formou tanto no comércio humano com as coisas quanto nas relações dos homens entre si. Desenvolveu-se menos com as técnicas que operam no mundo que por aquelas que dão meios para domínio de outrem e cujo instrumento comum é a linguagem: a arte do político, do reitor, do professor. A razão grega é a que de maneira positiva, refletida, metódica, permite agir sobre os homens, não transformar a natureza. Dentro de seus limites como em suas inovações. É filha da cidade” (Vernant, 2008: 143)

Na retórica encontra-se, portanto, o início oficioso da comunicação e na *phronesis*, a possibilidade da sua epistemologia. Retórica e *phronesis* seriam, portanto, bases oficiosas da comunicação e da sua ciência. Nas relações de trocas que percorrem todos os planos do trabalho da produção ao consumo, se estrutura a vida coletiva onde os homens aparecem, simultaneamente, como produtores, como sujeitos e como objetos, como emissores e como

receptores. Na dinâmica dessas trocas surge a causa e o efeito da vida coletiva e nela, a versão oficiosa das mediações que serão mais tarde, no século XIX, oficialmente recuperadas pela comunicação como domínio científico específico de estudo das relações sociais através de mediações. Na construção daquela razão retórica, encontrava-se a capacidade de argumentar, de expressar, de comunicar com destreza e habilidade; manifestava-se o antigo conceito de *techné* que, àquela altura, nada tinha em comum com a manipulação de suportes técnicos da comunicação. Com a retórica encontra-se a base da comunicação e o início de um nome que faz da construção do estar em comum, a raiz de um modo de ser social e individual que encontra na pólis seu lugar de exposição e construção que se quer pública, coletiva, social, enfim.

Roland Barthes em artigo célebre (1970) de indispensável leitura, não hesita em classificar a retórica como metalinguagem onde se coordenam uma prática social que inaugura a “propriedade da palavra” que desenvolve uma “proto-ciência” e coloca em atividade práticas básicas como observação e classificação dos fenômenos para distinguir homogeneidades e diferenças. Sobre a eficiência dessa metalinguagem, se projeta a técnica argumentativa que permite convencer, persuadir e se intensificar através do aparato instrumental que congrega as capacidades de reprodução e de multiplicação capazes de transformar a realidade sujeitando-a, não mais ao jogo da sedução argumentativa, mas à eficiência de um verbal passível de ser modelizado de modo cada vez mais direcionado, à medida em que o apelo visual surge como recurso sensível cada vez mais afeito a previsibilidades e interesses comunicativos.

Da relação face a face ao vínculo comunicativo, recrudescer a dimensão programada de uma comunicação como instrumento para atingir um efeito. Sem equívoco, é possível afirmar que da comunicação face a face àquela vinculativa/veiculativa caminha-se da retórica à tecnologia, da comunicação argumentativa, àquela reiterativa e redundante, da prática social e coletiva de produzir consensos, à sociedade da comunicação que esquece sua base oficiosa para restringir-se a um aparato tecnológico e instrumental que faz da comunicação um “tautismo” social como quer Lucien Sfez (1994) ao apontar, entre sociedade e tecnologia da comunicação, tal dependência que reduz a primeira à segunda, a

fim de gerar uma totalidade explicativa, capaz de simplificar o fenômeno comunicativo, os desvios da sua prática e suas perspectivas epistemológicas.

Essa simplificação explicativa acaba por valorizar o fenômeno comunicativo como realidade social de vinculação entre os homens, marca-se o nascimento oficial da comunicação como técnica que emerge no final do século XIX ao lado dos dispositivos decorrentes da primeira revolução industrial mecânica e das suas consequências sociais que levaram os homens à concentração populacional em cidades e a outras maneiras de produzir, ganhar a vida e estabelecer relacionamentos.

Estamos no final do século XIX com o aparecimento dos primeiros instrumentos técnicos de comunicação, com os sistemas de transporte fluvial, marítimo e terrestre e sua decorrentes facilidades e rapidez de contatos, ao lado do correio e do desenvolvimento da imprensa e, como consequência, do jornal e da democratização da informação a expandir-se, com rapidez e eficiência, na massa social que evolui para a rede e substitui a romântica multidão do início do século XIX e dos albores modernistas.

Aderindo à ideologia de um progresso inalienável, certo e inquestionável como meta a ser atingida, a comunicação se perfila, sem hesitação, à necessidade de planejar, divulgar e disseminar estrategicamente as diretrizes de uma sociedade cada vez mais articulada e organizada em um plano de objetivos centralizados que devem ser propagadas, comunicados. Com a eficiência desse programa, é necessário convir que a comunicação é uma ciência moderna. Porém, se esse início histórico constitui marca da comunicação como ciência social, é também e paradoxalmente, seu estigma.

Ao lado dessa marca histórica, a comunicação enfrentou, de um lado, o confronto entre o moderno e a modernidade ou pósmodernidade entendidas como contradições sociais e humanas e, de outro lado, o difícil diálogo entre compromisso histórico da comunicação e sua teoria que procura a phronesis entre a prática e a reflexão.

O confronto entre o moderno e a modernidade como conceitos históricos e sociais está no cerne do desenvolvimento de uma Teoria de Comunicação e enfrentar esse desafio supõe entender o que significam aqueles conceitos e, sobretudo, as relações que propõem que eles se articulem a fim de produzir uma teoria crítica da comunicação. Essa crítica

possibilitaria entender a comunicação através de caminhos que estão muito além de um aparato técnico e tecnológico ou de sua manipulação estratégica como instrumento linear de uma adequação social programada. A abertura desse horizonte crítico obriga o desenvolvimento de uma análise que, inventariando as consequências da comunicação como ciência moderna, leva a enfrentar suas características como ciência pósmoderna.

Ignorante das suas internas contradições, o moderno é coeso na edificação de uma ordem planejada na reflexão e na ação e defendida através da comunicação. Entre intenção e ação, se consolida a defesa moderna da ordem e essa atmosfera embala o berço da comunicação como ciência social situada no âmago de aporia entre o moderno e o pósmoderno, entre a ordem e sua ambivalência.

Nesse ambiente é unânime uma pressuposição tácita: ser e escolher o que se deve ser. Na proposição, veiculação e conservação dessa ordem, se situa a gênese da comunicação como ciência social que se coloca como instrumento do Estado e, como consequência, que ensina a ver aquilo que se deve ser, ou que se deve ver.

Surgindo nesse contexto, a comunicação como ciência moderna assume, sem constrangimento, sua pretensão de levar o público a adotar crenças e comportamentos adequados à ordem. Uma clara postura administrada do legislador apontado por Bauman, embora travestida de ciência empiricamente conduzida, que não desdenha um efeito objetivo a ser atingido junto ao público. Esse é o cenário em que a História da Comunicação situa os empiricismos científicos que deram origem àquilo que se chamou comunicação de massa.

Entre seu efeito e seu objeto científico, a comunicação é contaminada pela natureza pragmática que a faz, ao mesmo tempo, instrumento da ordem moderna, mas em trânsito ambivalente para a pósmodernidade. O objetivo desse trabalho é o estudo dessa natureza científica que confunde objetivos com objeto científico e admite que os efeitos de um instrumento possam ser a base argumentativa de uma ciência.

Enquanto ciência social, a comunicação assume a estranha ambiguidade que a leva, de um lado, a assumir a função administrativa da veiculação da ordem atuando, portanto, como intermediária entre o coletivo e o interesse do Estado e desenhando-se como infra-ciência

social. De outro lado, não desconhece a capacidade que, inerente aos meios técnicos, pode leva-la a aderir à mediação, à troca que superaria a passividade de um receptor unidimensional, como o nomeou Marcuse em sua obra.

Mas o homem não é unidimensional e à comunicação não cabe reduzir-se àquela função administrativa e instrumental: aqui o âmago da dimensão social da comunicação surge de modo definitivo. Em uma complexa relação social que se intensifica de meados para o fim do século XX, as relações comunicativas surgem como forças sociais, coletivas, produtivas e reprodutivas:

“Estamos então no âmago da questão, ou seja, é preciso considerar o mundo da comunicação como lugar no qual as grandes forças sociais do saber e da comunicação se colocam como as únicas forças produtivas. O trabalho coletivo da humanidade toma consistência na comunicação e o paradigma comunicacional se identifica pouco a pouco, mas com uma evidência cada vez maior, com o do trabalho social, com o da produtividade social. A comunicação se torna a forma pela qual se organiza o mundo da vida com toda a sua riqueza..... O trabalho humano de produção de uma nova subjetividade ganha toda a sua consistência no horizonte virtual aberto cada vez mais pelas tecnologias da comunicação.” (Negri, 1993: 174 e 175)

Esse é o inabalável caminho da comunicação que evolui, de uma ciência moderna “transparente” norteadada por uma coordenação centralizadora que submete aos seus apelos o homem, a sociedade e a realidade, para uma outra que procura ser agente da sua própria história social, não progressiva e linear, mas evolutiva pois se apresenta na trilha de caminhos não rotineiros ou administrados:

“ Antes de mais a impossibilidade de pensar a história como um curso unitário, impossibilidade que, segundo a tese aqui sustentada, dá lugar ao fim da modernidade, não surge apenas da crise do colonialismo e do imperialismo europeu: é também e talvez mais, o resultado do nascimento dos meios de comunicação de massa. Estes meios – jornais, rádio, televisão, em geral o que se chama hoje em dia telemática – foram determinantes no processo de dissolução de pontos de vista centrais, daqueles que um filósofo francês, Jean François Lyotard, designa como as grandes narrativas” (Vattimo, 1992: 10 e 11)

A emergência definitiva de uma sociedade da comunicação abre àquela ciência, o complexo horizonte social, não mais transparente e moderno, mas ambíguo e pósmoderno:

“ A tese que pretendo propor é que, na sociedade dos *media*, em vez de um ideal de emancipação modelado pela auto-consciência completamente definida, conforme o perfeito conhecimento de quem sabe como estão as coisas(seja ele o Espírito Absoluto de Hegel ou o homem mais escravo da ideologia como o pensa Marx) abre caminho a um ideal de emancipação que tem antes na sua base a oscilação, a pluralidade, e por fim, o desgaste do próprio “ princípio de realidade” (Vattimo, 1992: 13)

Distanciando-se de uma transparência instrumental manipuladora e alienada, surge a comunicação como ciência pósmoderna, às voltas com o desafio de definir a fenomenologia dos meios que a fazem comunicante e, sobretudo, definitivamente social. Superando qualquer tendência de periorfização sócio-histórica, essa posmodernidade é entendida como estado de desconforto epistemológico do pesquisador ante a necessidade de definição de um campo científico:

“ A ambivalência, possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar. O principal sintoma de desordem é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas” (Bauman:1999:09)

2.Comunicação: meio e mediação

Da antiga raiz social que emerge na ágora grega através de argumentações e mediações à procura da construção do bem coletivo, a ciência da comunicação não conservou nítida lembrança. Ao contrário, entre os séculos XIX e XX, aturdida com a emergência e expansão social e territorial das novas tecnologias que deram origem aos veículos de massa como os jornais, o rádio e, mais tarde, a televisão; a nascente ciência social da comunicação adere, sobretudo, à eficiência transmissiva daqueles veículos e parece se confundir com as próprias tecnologias que os caracteriza. Portanto, ao passar de um instrumento linear de transmissão para a dimensão que a faz partícipe de uma sociedade mais complexa porque menos “transparente”, a ciência da comunicação encontra na definição de meio comunicativo seu primeiro obstáculo.

Embora os meios não se confundam com a tecnologia dos suportes, há necessidade de serem delimitados, porém não como objeto, mas como ações que se desenvolvem

motivadas pelas tecnologias dos suportes. Aquelas ações se ampliam e se expandem pelo processo interativo que faz implodir repertórios, valores culturais, tensões sociais e políticas que, sediadas nos contextos exclusivos de realidades particulares de recepção, assumem características distintas, mas sempre desconcertantes e imprevisíveis. Desse modo, se de um lado, é imprescindível a discriminação evolutiva das características tecnológicas dos suportes, de outro lado, é necessário e urgente estudar o modo como aquelas características são recebidas e, sobretudo, como interferem e são interferidas pelos processos culturais e políticos contextualizados em distintos territórios ou grupos sociais. Esse processo de dupla mão que caracteriza os meios os transforma em processos agenciadores da dinâmica comunicativa e, por isso mesmo, em desafio epistemológico insubmisso a teorias explicativas ou a métodos que, mecânicamente, procuram reduzir aquela dinâmica.

Na história circular dos meios enquanto agenciadores de espacialidades comunicativas, observa-se que a imagem tem sido apontada como elemento que, explorada pelos meios de massa e, notadamente pela televisão, desenvolve a atuação manipulativa do imaginário receptivo, massageado pelos interesses políticos ou mercantis daquela comunicação entendida como instrumento passivo a serviço daqueles interesses.

Mas no contexto dessa habitual interpretação, é possível perceber que a imagem não é um produto de comunicação programada, mas decorrência de um meio que, na consecução do seu ambiente interativo, é patrocinado pela visualidade e não apenas pelo seu produto. Ou seja, entende-se que a visualidade é mais ampla e complexa do que a imagem que, estudada como instrumento comunicativo, está claramente marcada como manifestação de transparência e ordem exigida por uma ciência moderna.

3. A comunicação como imagem

Não há como negar que a visualidade é o meio central da sociedade que se expande de meados do século XIX aos anos 80 do século XX onde se assinala o fim da metanarrativa moderna para dar lugar à sua transformação que se vem nomeando sociedade pósmoderna. Entretanto se, na sociedade moderna, a visualidade se manifesta como imagem e articula

uma lógica da comunicação de massa; depois dos anos 80, essa lógica é desmontada por uma avalanche comunicativa que invade e constrói os ambientes vitais e se manifesta propriamente como uma visualidade híbrida e sinestésica que se oferece, mas não se impõe à percepção e à atenção.

O “american way of life”, baseado na racionalidade industrial e no valor de troca comercial expandido pela publicidade e pelo consumismo, reduziu a visualidade como meio comunicativo à imagem que, consumida sem cessar, sintetiza e revela a dinâmica social e cultural que chamou a atenção da ciência, desencantada com a insuficiência pragmática do marxismo e com a sociedade definitivamente rendida à sedução do valor de troca e da sua imagem.

No parâmetro dessa sedução, Débord e Baudrillard, pelo menos na primeira fase das respectivas produções teóricas, criam, respectivamente, os conceitos chaves para a compreensão da dinâmica mediativa dos meios de massa ou da indústria cultural: sociedade do espetáculo e simulação. Nos dois conceitos, enfrenta-se a dimensão da imagem como produto de uma razão comunicativa voltada para a culturalização instrumental das sociedades e dos comportamentos. Nos dois teóricos encontram-se sínteses reveladoras dessa instrumentalização:

“O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (Débord, 1997: 14)

Em Baudrillard, encontra-se o desenvolvimento de uma idéia similar:

“Dissimular é fingir não ter o que se tem. Simular é fingir ter o que não se tem. O primeiro refere-se a uma presença, o segundo a uma ausência” (Baudrillard, 1991: 14)

Nos dois casos, prevalece a comunicação mediada pelos seus efeitos de natureza simbólica que é eficientemente mediada pelo valor de troca e pelo faz-de-conta da publicidade e substitui a realidade pela imagem que a comercializa. A sociedade do espetáculo, conceito chave da obra clássica de Débord, reduz a vida social e suas relações comunicativas ao consumo de imagens entendidas como produto inexorável do modo de produção capitalista onde a comunicação aparece no cerne de uma sociologia marxista que concebe o capital na gestão totalitária das relações sociais:

“ O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório. É o auto-retrato do poder na época de sua gestão totalitária das condições de existência..... Se o espetáculo, tomado sob o aspecto restrito dos “meios de comunicação de massa”, que são sua manifestação superficial mais esmagadora, dá a impressão de invadir a sociedade como simples instrumentação, tal instrumentação nada tem de neutra: ela convém ao automovimento total da sociedade.” (Débord, 1997: 20 e 21)

Intensamente planejada para atender à razão operatória do consumo, a imagem é a dimensão de uma visualidade que reduz sua capacidade interativa ao consumo a serviço da totalidade comercial do capital: portanto, essa imagem é produto expandido do capital.

Baudrillard em *O Sistema de Objetos* (1968), *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*(1972) e *Simulacros e Simulação*(1981), desenvolve aquela teoria social da comunicação situando-a em um outro patamar ao dimensionar, através do objeto, o consumo no domínio da vida privada e das relações sociais familiares: o consumo do objeto já se impunha como a melhor forma de assumir valores simplesmente simulados:

“ A passagem dos signos que dissimulam alguma coisa aos signos que dissimulam que não há nada, marca a viragem decisiva. Os primeiros referem-se a uma teologia da verdade e do segredo (de que faz ainda parte a ideologia). Os segundos inauguram a era dos simulacros e da simulação, onde já não existe Deus para reconhecer os seus, onde já não existe Juízo Final para separar o falso do verdadeiro, o real da sua ressurreição artificial, pois tudo está já antecipadamente morto e ressuscitado.” (Baudrillard, 1981:14)

Expandindo o espetáculo desencantado de Débord, a simulação de Baudrillard reduz, mais uma vez, a visualidade à dimensão produtiva da imagem e a capacidade do meio ao efeito social de uma comunicação instrumental. Nos dois casos, temos uma teoria social da comunicação e não uma teoria dos meios comunicativos; temos uma teoria dos efeitos da imagem e não uma teoria da visualidade como meio comunicativo, temos uma ciência da contingência social que fica aquém das contradições modernas finalmente reveladas pela pósmodernidade.

Enquanto efeito, a imagem está a serviço de uma causa que a agencia e subordina, fazendo-a simulação do real e do social, fazendo-a simulação de uma comunicação realmente

interativa. Enquanto efeito, a imagem se circunscreve à lógica linear que patrocina relações de causa e consequência e banalizam o processo comunicativo, na medida em que o reduz ao simples efeito hegemônico de uma imagem redundante do próprio consumo ou da crença no poder do capital.

4. A comunicação como visualidade

Enquanto meio comunicativo, a visualidade vai muito além da imagem e, como consequência, não é apenas visual, mas polissensível e híbrida, pois convoca a energia de todos os sentidos que, em diálogo, orientam-se para a mediação, para a troca que não é linear porque, não planejada, pode encontrar paradoxos que assinalam incomunicação ou sua estéril realidade:

“Nunca antes na história, a comunicação foi tão boa e funcionou de forma tão extensiva como hoje. O que as pessoas pensam é na dificuldade de produzir diálogos efetivos, isto é de trocar informações com o objetivo de adquirir novas informações. E essa dificuldade deve ser conduzida diretamente ao funcionamento hoje em dia tão perfeito da comunicação, a saber, deve ser dirigida para a onipresença dos discursos predominantes, que tornam todo diálogo impossível e ao mesmo tempo desnecessário” (Flusser, 2007: 98)

Por essa citação, verifica-se que Flusser ilustra com clareza os impasses da visualidade como meio comunicativo. Entretanto, é necessário percorrer detalhes do desenvolvimento do seu pensamento para perceber que sua diferença fundamental, é não considerar a imagem um produto comunicativo como ocorre com os dois autores anteriores, ao contrário, parece-nos que Flusser procura em textos amplamente conhecidos do meio acadêmico nacional como Ensaio sobre a Fotografia(1998), Filosofia da Caixa Preta(2002), O Mundo Codificado(2007) O Universo das Imagens Técnicas (2008), uma teoria da visualidade enquanto meio que gera um ambiente que envolve relações sociais, trocas simbólicas, comportamentos e valores porém na desintegração espontânea da linearidade:

“Os fios condutores que ordenam o universo em processos e os conceitos em juízos estariam se desintegrando “espontaneamente” e não por terem sido cortados. Estariam se desintegrando precisamente por termos nos agarrado a eles e por termos permitido a eles que nos guiem. Ao termos seguido tais fios até o núcleo de universo, teríamos descoberto

que, nesse núcleo, os processos (causais e outros) se desintegram e os colares se desfazem em partículas soltas.” (Flusser, 2008: 23)

Enquanto teoria da visualidade que se plasma na dificuldade perceptiva de uma espacialidade circular que se opõe à facilidade de percepções imediatas e lineares, é possível identificar as raízes da imagem tradicional e da imagem técnica oriunda do desenvolvimento dos suportes tecnológicos da informação e da comunicação. Nos dois casos, a visualidade não é simples produto planejado para atingir um efeito, ao contrário, registra, marca, assinala a espacialidade comunicativa embora, com distintas matrizes construtivas. O registro da imagem tradicional se faz pela analogia e sua capacidade de, com o recurso do imaginário, multiplicar imagens ou produzir imagens de imagens; o registro da imagem técnica se faz pela possibilidade de reproduzir o referente. Porém, nos dois casos, trata-se de visualidade que registra uma possibilidade da expansão comunicativa, embora inusitada e imprevisível no seu ritmo, força e consequência. Assinala-se, portanto, a diferença entre a imagem como efeito programado e aquela que decorre da visualidade como meio comunicativo flexível e móvel:

“Com toda imagem nova o universo imaginário da sociedade é transformado, e o poder da imaginação faz com que a rigidez da circunstância, anterior à produção de imagens, seja substituída pela fluidez e maleabilidade” (Flusser, 2008: 21)

Entretanto, enquanto visualidade, a imagem tradicional se opõe à imagem técnica: se a primeira é sobretudo registro adaptado à contemplação ou à exponibilidade em muitos casos ritual e mítica (Belting, 2004:42 e 189), a segunda é sobretudo, operativa como artefato de uma espacialidade cognitiva que registra uma nova maneira não só de ver, mas sobretudo de estar no mundo:

“...tal imaginação produtora de imagens tradicionais é diametralmente oposta à imaginação produtora de tecno-imagens. De fato, a oposição é de tal ordem que parece fonte de confusão chamar as duas pelo mesmo termo. Talvez devamos inventar termo novo para designar essa nova capacidade que está nascendo, emergindo da consciência histórica e modificando nosso estar-no-mundo” (Flusser, 2008: 22)

Como se observa, Flusser desenvolve uma outra matriz para compreender a visualidade, trata-se de uma dimensão cognitiva que se distancia da contemplação ou do consumo. Porém, para compreendermos essa diferença, é necessário distanciarmos esse modo de ver

daquele que caracteriza a imagem que se consome. Mais do que uma teoria da imagem, Flusser desenvolve uma teoria da visualidade que não se confunde com a espetacularidade anterior ou seu efeito social como anestésico perceptivo. Diferem a imagem e a visualidade, mas ambas, caracterizam epistemologias distintas da comunicação: transformamos uma ciência moderna em outra, pósmoderna.

5. A visualidade como ciência pósmoderna

A extensão dessa visualidade vai da imagem tradicional para aquela técnica que supera a linearidade para desenvolver-se em superfície e indo além da sua adequação mimética em relação ao mundo:

“Não se trata mais apenas do problema da adequação do pensamento à coisa, mas do pensamento expresso em superfícies à coisa, de um lado, e do pensamento expresso em linha do outro” (Flusser, 2007: 104)

“O homem é ente que, desde que estendeu a sua mão contra o mundo, procura preservar informações herdadas e adquiridas, e ainda criar informações novas. Esta é a sua resposta à morte térmica”, ou, mais exatamente, à morte. “Informar” é a resposta que o homem lança contra a morte” (Flusser, 2008: 26)

Da linha à superfície ou da imagem simbólica à visualidade em processo de semiose, temos uma mudança no modo de conhecer; uma transformação epistemológica que coloca para a comunicação um novo caminho, pois desafia o modo como se pode comunicar:

“Imagens técnicas são pois produtos de aparelhos que foram inventados com o propósito de informarem, mas que acabam produzindo situações previsíveis, prováveis. Precisamente, tal contradição inerente às imagens técnicas desafia os produtores das imagens. O seu desafio é o de fazer imagens que sejam pouco prováveis do ponto de vista do programa dos aparelhos. O seu desafio é o de agir contra o programa dos aparelhos no “interior” do próprio programa.” (Flusser, 2008: 28)

Esta desprogramação não ocorre apenas no nível técnico, mas se desenvolve na percepção que, em juízo cognitivo, exige que se passe do reconhecimento de um efeito para a cognição de distinta visualidade dos meios, quando ultrapassam a tecnologia da comunicação de massa para aquela digital com lógicas totalmente distintas que não nos

permitem confundir comunicação de massa e a possibilidade apenas possível da comunicação através dos meios digitais:

“ Decifrar imagens técnicas implica revelar o programa do qual e contra o qual surgiram, decifrar imagens tradicionais implica revelar a visão do produtor, sua “ ideologia”...Neste ponto do argumento é preciso abandonarmos o modelo da história da cultura que serviu até aqui para localizarmos a posição das imagens técnicas na cultura, e tentarmos captar, “ fenomenologicamente” a maneira pela qual estamos atualmente no mundo. É preciso tentar captar como nos movimentamos atualmente no mundo, para podermos compreender como tomamos consciência do mundo e de nós mesmos” (Flusser, 2008: 29/30)

Na fenomenologia dessa mudança, sugere-se outras epistemologia e metodologia do modo de conhecer porque os dois níveis se embaralham: se há mudança no objeto do conhecimento que se desenvolve entre o concreto e o abstrato, entre o visível e o invisível, exige-se que esse estranho objeto em quase dissolução, seja enfrentado através de outros cuidados metodológicos. Essa mudança nos leva a ultrapassar o simples ver contemplativo da imagem para enxergar a mudança e a ela reagir, favorável ou desfavoravelmente. Passa-se da visualidade para a visibilidade. (Ferrara, 2002: 94)

Superando a ambiguidade que as duas palavras apresentam em português, esta diferença está contida no conceito de superficialidade:

“ Em suma: a definição de “imaginar” foi formulada para articular a revolução epistemológica, ético-política e estética pela qual estamos passando. Para articular a nova sensação vital emergente.

A definição faz o elogio da superficialidade” (Flusser, 2008: 45)

Essa tradução do objeto científico em superficialidade aderente à superfície de uma cognição dispersa, transforma a produção do conhecimento em aventura heurística e livre de certezas teóricas ou empíricas. Surge uma nova metodologia: trata-se do “ tatear” que, curiosamente, expande a visualidade para o tátil e vem confirmar a dimensão sinestésica e híbrida da visualidade quando passa do efeito ideológico da mensagem para revelar o meio movente e em expansão comunicativa. Esse “ tatear” supõe tecer a inferência cognitiva, enredando o visível e o invisível, o epistemológico e o metodológico.

Sobretudo se considerarmos a comunicação que decorre do digital, esse “tatear” supõe um estranho questionamento histórico, porque os objetos a “tatear” não chegam jamais a ser “tateados”, visto que, sem lugar e sem referentes, são hiper-reais, conforme quer Baudrillard, e oferecem-se ao conhecimento à revelia da história que poderia localizá-los ou lugarizá-los:

“ O homem histórico, informado por textos e com consciência estruturada “linearmente” por textos, vive em universo que exige ser “lido”: “natura libellum”. O universo se apresenta, ao homem histórico, enquanto séries de sinais codificados que precisam ser decifrados (explicados, interpretados)...Depois da decomposição do universo em elementos pontuais (e depois da decomposição da consciência em bits de informação) essa postura histórica se tornou “inoperante”: como os fios ordenadores dos sinais em códigos se desintegraram, o universo perdeu o seu caráter de texto, tornou-se ilegível. Nada há a explicar e a interpretar em mundo que consiste de partículas soltas.” (Flusser, 2008: 50)

Porém, esse objeto digital, tateado na sua contra-referencialidade imaginada e imaginária, se situa em um panorama vazio de cognição, porque não reproduz qualquer conhecimento anterior, surge sempre como novo e intocado e se apresenta como uma metáfora, um devaneio visual muito distante daquela dimensão “espetacular” da imagem-consumo. Ante os bits digitais, tudo é mínimo, transitório e sem ambição de sobrevivência, embora altamente participativo como estímulo cognitivo ou acúmulo de experiências. Essa estranha epistemologia de situações imprevistas, carregadas de estímulos afetivos exige o método do “tatear” ou um método “ à deriva”, conforme Guy Débord (1956) o batizou e através do qual pretendia, não só explorar epistemologicamente a cidade como meio comunicativo, mas sobretudo exorcizar, política e socialmente a “ sociedade do espetáculo”. Assim vê-se que o pósmoderno está dentro do moderno ou a imagem, dentro da visualidade, como o novo no velho.

6. Referências bibliográficas

- Barbero, Jesus Martin- Dos Meios às Mediações. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2006 (4º ed)
- Barthes, Roland- “L’Ancienne Rhétorique” em Communications, 16. Paris, Seuil, 1970

- Baudrillard, Jean. Simulacros e Simulação. Lisboa: Relógio d'Água, 1991
- Bauman, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro, Zahar, 1999
- Belting, Hans. Pour une anthropologie des images. Paris: Gallimard, 2004
- Bourdieu, Pierre. Por uma Sociologia da Ciência. Lisboa, Ed. 70, 2004
- Débord, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997
- Débord, Guy. Teoria da Deriva (1956) em Apologia da Deriva Escritos Situacionistas sobre a Cidade (Paola Berenstein Jacques, org). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003
- Ferrara. Lucrécia d'Alessio. Design em Espaços. São Paulo: Rosari, 2002
- Flusser, Vilém. O Mundo Codificado. São Paulo: Cosac Naify, 2007
- Flusser, Vilém. O Universo das Imagens Técnicas. São Paulo: Annablume, 2008
- Negri, Antonio. “Infinitude da Comunicação/Finitude do Desejo” em Imagem Máquina (André Parente, org). Rio de Janeiro, Ed. 34, 1993
- Santos, Boaventura de Sousa. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Porto, Afrontamento, 1989
- Sfez, Lucien. Crítica da Comunicação. São Paulo, Loyola, 1994
- Vattimo, Gianni. A Sociedade Transparente. Lisboa, Relógio d'Água, 1992
- Vernant, Jean Pierre. As Origens do Pensamento Grego- Rio de Janeiro, Difel, 2008 (17º ed)